

Saem novas medidas de estímulo às emissões de renda fixa

Foto: Greg Salibian



Equipe econômica do governo apresentou, na sede da ANBIMA, medidas para direcionar a poupança privada para o financiamento de longo prazo.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciaram, em conjunto com a ANBIMA, novas medidas para direcionar a poupança privada para o financiamento de longo prazo. A apresentação foi feita no dia 9 de abril, em coletiva de imprensa na sede da Associação, em São Paulo, e contou com a presença de Joaquim Levy, ministro da Fazenda; Nelson Barbosa, ministro do Planejamento; Luciano Coutinho, presidente do BNDES; e Julio Ramundo e João Carlos Ferraz, diretores do BNDES. Cerca de 30 jornalistas acompanharam a coletiva de imprensa. “É o começo de uma nova fase para o mercado de capitais”, disse Denise Pavarina, presidente da ANBIMA.

Com as novas medidas, os emissores que tomarem crédito e emitirem debêntures atreladas a projetos com financiamento do BNDES terão a oportunidade de alavancar a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), custo básico

dos financiamentos concedidos pelo BNDES, e diminuir em 1 a 2 pontos percentuais ao ano o custo financeiro da operação. Trata-se de um incentivo embutido na forma de operar do banco. “Para a empresa atingir o teto da TJLP, terá que associar o crédito a uma emissão de debêntures na operação. É uma forma de incentivar o mercado”, afirmou Coutinho. “Nosso objetivo é ampliar as emissões e trazer a poupança privada para o financiamento de longo prazo”, disse Ramundo.

“Queremos usar o que o Brasil já tem para ganhar eficiência. É preciso garantir um ambiente de segurança, de solvência do Estado, para dar tranquilidade às famílias e aos investimentos. Temos que usar o mercado de capitais de maneira eficaz”, afirmou Levy.

Outra novidade é a criação de um mecanismo para ampliar as garantias para os investidores que comprarem debêntures atreladas a projetos de

investimento. Em caso de atraso no pagamento de juros pelo emissor, o compromisso será honrado pelo BNDES diretamente ao investidor, pelo prazo máximo de até dois anos. Com a ativação do mecanismo, o BNDES se torna credor do emissor. “É um financiamento de stand by. Se houver necessidade de algum ajuste, o debenturista conta com um serviço de juros, o que facilita o processo de rolagem”, explicou Coutinho. Para Ramundo, esse mecanismo também pretende reduzir a percepção de risco quando se compra um título de renda fixa.

Segundo Barbosa, as medidas anunciadas têm um grande simbolismo, à medida que mudam a relação entre crédito livre e crédito direcionado na economia brasileira. “É uma maneira inteligente de complementar e alavancar, desenvolvendo mais o mercado de capitais. Em vez de serem substitutos, crédito livre e direcionado serão complementares”. ■

IMA completa dez anos como referência do mercado de renda fixa

O IMA (Índice de Mercado ANBIMA) completou dez anos em abril. Criado em 2005, o indicador reflete o desempenho de uma carteira composta por títulos públicos federais a preços de mercado e possui uma série de subíndices, construídos para atender aos diferentes perfis de maturidade das carteiras de investimentos.

Os índices fazem parte de uma série de iniciativas da Associação para aprimorar a transparência nos mercados financeiro e de capitais e permitem avaliar o comportamento do mercado de renda fixa, facilitando o

acompanhamento e entendimento de suas flutuações e, consequentemente, fomentando os negócios.

“O IMA e seus subíndices estimularam a adoção de diferentes estratégias, adequadas a investidores com perfis distintos, além de facilitar o processo de acompanhamento e tomada de decisão,” explica Sandro Baroni, gerente da área de Preços e Índices da ANBIMA.

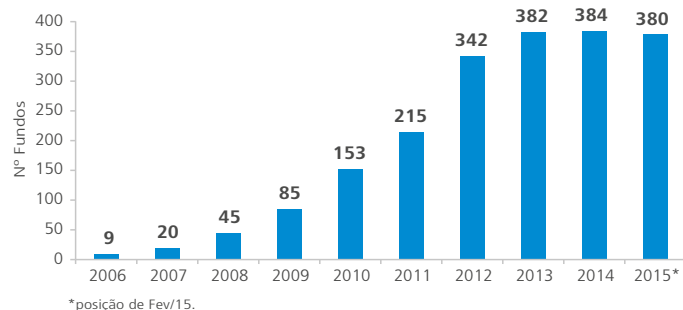
A trajetória do índice ao longo da última década permite visualizar o efeito de grandes eventos de mercado, como em outubro de 2008, após a quebra do Lehman Brothers, quando o

IMA-Geral registrou retorno negativo de 0,99%, ou a valorização de 3,4% registrada dois meses depois, com a reversão das expectativas para a trajetória das taxas de juros. Ao completar uma década, o IMA e seus subíndices já são utilizados como referência para a gestão de parcela representativa de recursos em fundos, com crescimento expressivo a partir de 2010. Recentemente também foi aprovada a criação de fundos de índice (ETF) de renda fixa, que devem acompanhar a trajetória de algum subíndice do IMA, e com isso ampliar ainda mais a utilização do indicador pelo mercado. ■

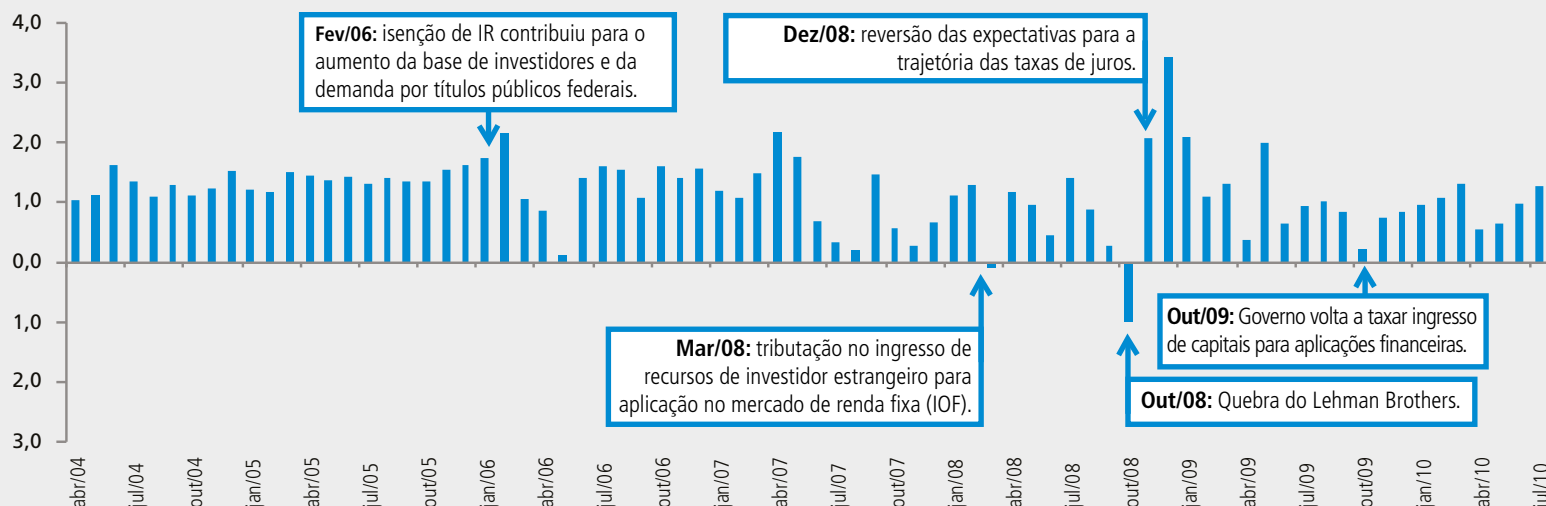
Conheça a família do IMA

- **IMA-Geral:** reflete todos os títulos da carteira teórica
- **IMA-Geral ex-C:** reflete todos os títulos da carteira, exceto os indexados ao IGP-M
- **IRF-M:** reflete o desempenho dos títulos prefixados
- **IMA-B:** reflete os títulos indexados ao IPCA
- **IMA-C:** reflete os títulos indexados ao IGP-M
- **IMA-S:** reflete os títulos pós fixados atrelados à taxa Selic
- **IRF-M 1:** reflete o desempenho dos títulos prefixados com prazo inferior a 1 ano
- **IRF-M 1+:** reflete o desempenho dos títulos prefixados com prazo superior a 1 ano
- **MA-B 5:** reflete os títulos indexados ao IPCA com prazo inferior a 5 anos
- **IMA-B 5+:** reflete os títulos indexados ao IPCA com prazo superior a 5 anos

Uso do IMA em fundos



Histórico do desempenho mês a mês do IMA-GERAL

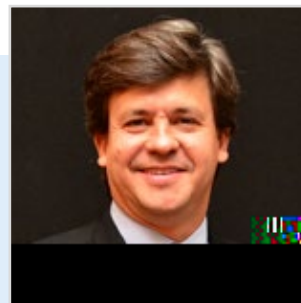


Observação: no período, a gestão da dívida pública impactou diretamente a duration da carteira do índice, ampliando a sensibilidade do indicador aos movimentos de mercado.

Depoimentos

"O IMA é fundamental para a mudança da nossa cultura de curto prazo e o governo o usa como incentivo para alongamento de prazos e desindexação."

Paulo Valle, subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional.

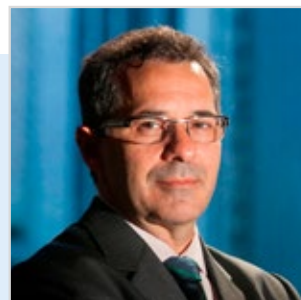


"A disseminação da cultura dos índices de mercado torna-se bastante importante e favorece o estudo mais aprofundado do mercado de renda fixa em termos de alocação, como acontece com os índices de mercado de ações, porque permite ao investidor obter uma concepção de como se comporta o mercado de uma forma geral."

Flávio Mattos, gestor da Divisão de Fundos de Renda Fixa e Renda Fixa Crédito da BB DTVM.

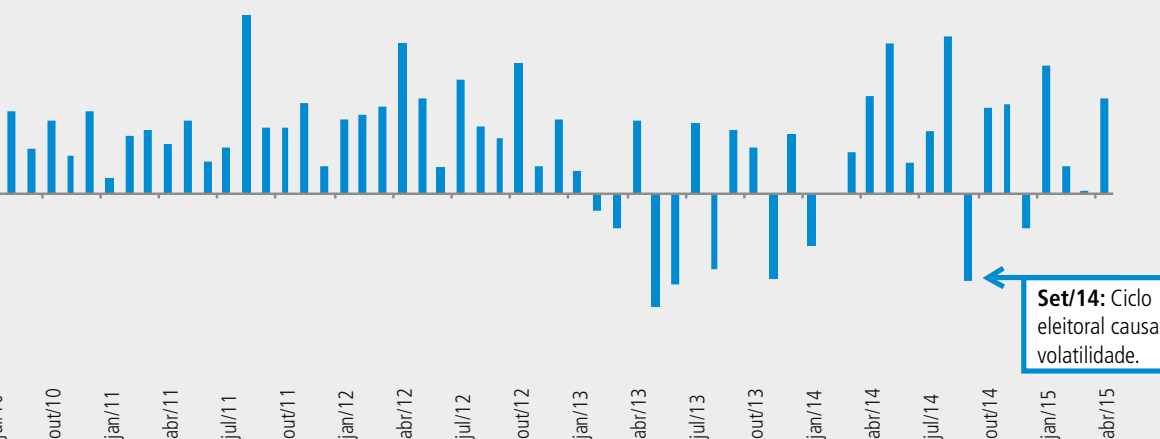
"O IMA e seus derivados foram importantes precursores dos índices de Renda Fixa, que facilitam e estimulam o investimento de longo prazo no Brasil."

Reinaldo Le Grazie, diretor superintendente da BRAM (Bradesco Asset Management)



"Com a criação destes índices, o mercado começou a focar em diferentes estratégias e segmentações que atendem de forma eficiente as necessidades de seus clientes. Eles, por sua vez, começaram a ter uma ferramenta essencial de comparação entre a qualidade dos serviços entregues pelos gestores."

Tatiana Grecco, superintendente de fundos indexados da Itaú Asset Management.



SAIBA MAIS

Os resultados do IMA são divulgados diariamente na área de Informações Técnicas do site da Associação.

Autorregulação do Varejo promove transparência e clareza no relacionamento com investidores



Carlos Massaru, vice-presidente da ANBIMA.

O Código de Varejo completou dois anos em vigor e a Supervisão se prepara agora para expandir seus monitoramentos para garantir a qualidade de atendimento ao cliente, passando a atuar também nas agências bancárias. Hoje, 80 instituições são aderentes às regras do Código.

“A autorregulação contribui para a criação de um ambiente de distribuição qualificado para o desempenho dessa atividade, colaborando para

a transparência no relacionamento com os investidores,” explica Fábio Garcia, presidente da Comissão de Acompanhamento do Varejo.

Para Marcos Daré, presidente do Comitê de Varejo, a autorregulação permitiu o aprimoramento do segmento. “Hoje temos um ambiente mais maduro, pautado na clareza e na qualificação dos agentes envolvidos,” comenta.

“O código também permitiu termos uma dimensão da representatividade do segmento no mercado a partir da construção da base de dados proporcionada pela autorregulação.”

Com as regras em vigor, a Supervisão de Mercados iniciou, em 2013, o monitoramento da adequação das instituições às normas do código. “A supervisão faz mais que uma inspeção, o trabalho no varejo tem uma função mais educativa,” explica Carlos Massaru, vice-presidente da ANBIMA. “A principal preocupação é proporcionar o crescimento da indústria de forma sustentada e consistente.”

Nos primeiros anos de supervisão, um dos focos de monitoramento foi o acesso à informação, além das estruturas de atendimento, a preparação dos profissionais e o suitability. “Esse primeiro momento foi de verificação da infraestrutura geral, como foco na transparência, clareza e qualidade de atendimento ao investidor,” diz Massaru.

Segundo Garcia, os monitoramentos são definidos após avaliação do risco atrelado a cada regra do Código. “A área técnica faz esse estudo e apresenta propostas de monitoramentos e de metodologias. A partir daí a Comissão avalia e aprova as sugestões,” explica.

Até o momento, nenhuma penalidade foi aplicada às instituições, reforçando a atuação educativa que, em primeira instância, encaminha cartas de orientação para nortear a atividade da instituição. A aplicação de multas objetivas ocorrerão apenas em casos de reincidência. ■

Novidades

Supervisão em agências

As agências bancárias passarão a ser monitoradas pela Supervisão de Mercados. A ação, iniciada como projeto piloto em 2014, irá verificar se itens do Código de Varejo e do capítulo de distribuição do Código de Fundos estão sendo aplicados corretamente nas agências. O projeto tem consultoria internacional como parceira.

“Os bancos têm canal de interação bem forte nas agências e o potencial de crescimento do mercado no varejo é enorme. Para permitir que esse potencial seja atingido, queremos garantir que esse canal esteja sendo bem utilizado e, por isso, decidimos verificar a sua adequação ao Código”.

Carlos Massaru, vice-presidente da ANBIMA.

Certificação

As instituições participantes são monitoradas para verificar se os profissionais estão certificados conforme as atividades que exercem, de acordo com as regras do Código. Paralelamente, a Supervisão também verifica se as instituições possuem política de qualificação e treinamento para esses profissionais.

Diretrizes para publicidade, base de dados e suitability fomentam a transparência

Para promover a transparência do mercado e aprimorar a comunicação com os investidores, o Conselho de Varejo aprovou no ano passado três conjuntos de diretrizes. O primeiro traz orientações às instituições para divulgação publicitária de seus produtos, enquanto o segundo aprimora as regras de envio de informações à base de dados da Associação. Já o terceiro adequa as regras de suitability à nova regulação.

“Para que o segmento possa crescer de forma sustentável, é preciso que todo o processo de distribuição de produtos seja transparente,” explica Guilherme Benaderet, Superintendente de Supervisão de Mercados. “Por isso as regras da autorregulação exigem clareza desde a divulgação dos produtos até o acompanhamento deste após o investimento.”

Entre as mudanças das diretrizes de base de dados está a inclusão da

poupança e do número de clientes na composição das estatísticas. As regras para publicidade determinam a inclusão de avisos que esclareçam determinadas características dos produtos, enquanto as diretrizes de suitability indicam a vedação da oferta de produtos para clientes sem o perfil identificado, com perfil não adequado ou com perfil desatualizado, a necessidade da classificação dos produtos complexos, além de outras. ■

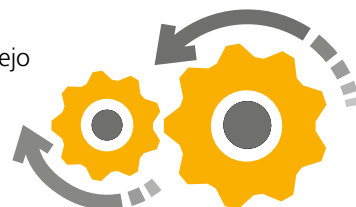
Entenda o segmento

Distribuição de Produtos de Investimento no Varejo

É o conjunto de atividades desempenhadas por instituições financeiras que atuam na distribuição de ativos financeiros para clientes atendidos pelos segmentos varejo ou varejo alta renda, conforme definido pela própria instituição.

Produtos

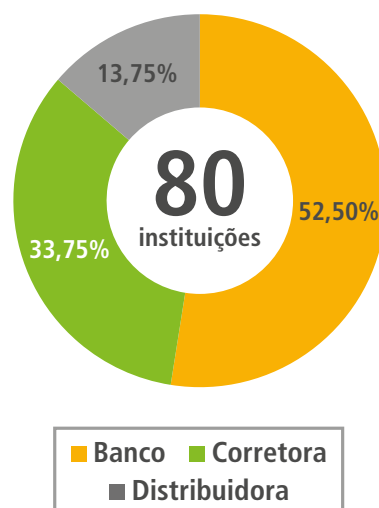
Cotas de fundos, ações, derivativos, debêntures, CDB, CCB, títulos públicos, operações compromissadas, LCA, LCI, letras financeiras e letras hipotecárias.



Números



Perfil das instituições



Supervisão de Mercado - Varejo

Guilherme Benaderet
Superintendente

Equipe: Amanda Gonçalves, Ana Paula Gomes, Diogo Blazeque e Fábio Monteiro.

Contato: supervisaodevarejo@anbima.com.br

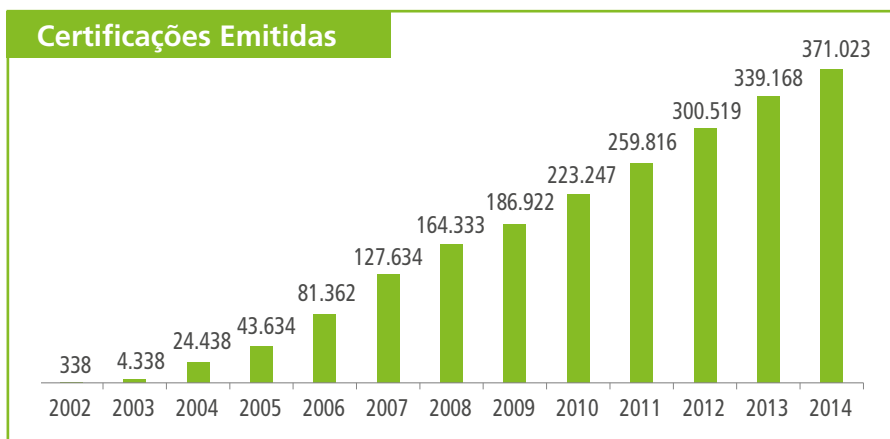
Relatório apresenta retrato das certificações no Brasil

O mercado brasileiro conta hoje com mais de 370 mil profissionais certificados, a maior parte deles na região Sudeste do país, onde a proporção é de 34 investidores de varejo para cada profissional CPA-10.

Este e outros dados estão disponíveis no relatório Certificações ANBIMA, que teve seu primeiro número lançado em maio.

“O objetivo do relatório é dar visibilidade a diferentes aspectos de nossas certificações e dos profissionais certificados,” explica Ana Leoni, superintendente de Educação da ANBIMA.

Para a estreia, foi traçado um retrato abrangente das certificações pelo Brasil, destacando a evolução



da capacitação do mercado e a distribuição dos profissionais pelo país. Neste número, também é possível conhecer melhor o perfil do profissional de cada uma das certificações oferecidas pela Associação, como distribuição por faixa etária, gênero e área de atuação.

“Nas próximas edições vamos focar em outros temas, tentando sempre trazer novas informações sobre as certificações.”, explica Ana. “Queremos destacar temas que possam contribuir para aumentar a qualificação dos profissionais que atuam em nossa rede de distribuição.” ■

► Certificações ANBIMA – Relatório Semestral:

Acesse: www.anbima.com.br > Informações Técnicas > Relatórios Receba em seu email: www.anbima.com.br/publicacoes

INSTITUCIONAL

Em Assembleia Geral, associados ratificam alterações em códigos

Os associados ratificaram as alterações realizadas nos Códigos de Certificação, de Atividades Conveniadas e de Private Banking em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no último dia 30. Ao todo, 127 instituições associadas participaram da votação, representando 50% do quadro associativo.

A assembleia finalizou o processo de aprovação das alterações nos códigos. Antes de passar pela ratificação dos associados, as regras foram apreciadas pelos organismos competentes na Associação, passaram por audiências públicas e foram aprovadas pela Diretoria. O novo Código de Certificação está em vigor desde janeiro. Já as novas versões dos Códigos de Atividades Conveniadas e de Private Banking passaram a valer em abril.

Durante a Assembleia, os associados também ratificaram a mudança na composição do Conselho Fiscal e aprovaram as contas e demonstrações financeiras de 2014.

Fórum com Banco Central discute temas de infraestrutura de mercado

O Fórum de Infraestrutura, grupo criado pelo Banco Central para discutir iniciativas para a completa implementação dos Princípios Internacionais para Infraestruturas no Brasil e aperfeiçoamentos no SPB, realizou a sua segunda reunião no dia 9 de abril. Na pauta das discussões estavam adoção de padrões internacionais de comunicação, processamento de ordens de transferência no STR (Sistema de Transferência de Reservas) após as 23h59, contingência do STR, depósito centralizado e o projeto de Lei de Regimes Especiais de Resolução.

Durante o encontro, a ANBIMA entregou três documentos solicitados na reunião anterior do Fórum. O primeiro apresentou resultados da consulta aos associados sobre a adoção de padrões

internacionais de comunicação ou conversíveis aos mesmos; o segundo detalhou os principais impactos do funcionamento do STR após as 23h59; e o último levou sugestões de aprimoramento para a contingência do STR. Quanto ao primeiro tema, o Banco Central anunciou a realização de uma mesa redonda sobre o assunto e a criação de um grupo de trabalho de padronização e mensageria.

Organizado pelo Banco Central em 2014, o fórum conta com a participação de entidades representativas do segmento, câmaras, sistemas do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro) e outros agentes da infraestrutura de mercado, como BM&FBovespa, Cetip e CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos). ■

CVM atualiza regras para aprovação do programa de DR

Os programas de depositary receipts agora podem ser lastreados por quaisquer valores mobiliários emitidos por companhias abertas – não se limitando mais a ações – e por títulos de crédito emitidos por instituições financeiras e elegíveis a compor seu Patrimônio de Referência (PR), de acordo com as regras do Banco Central.

A mudança foi possibilitada pela Resolução nº 4.373 do CMN (Conselho Monetário Nacional), que abrangeu uma gama maior de ativos passíveis de utilização como lastro dos DRs. A

CVM, por sua vez, atualizou as suas regras para aprovação do programa de DR com a Instrução nº 559, em vigor desde 30 de março, revogando a Instrução nº 317.

Durante o processo de audiência pública da Instrução, a ANBIMA enviou sugestões de aprimoramento por meio do Comitê de Finanças Corporativas. Entre as sugestões acatadas pela CVM, a principal é a exclusão da necessidade de aprovação da companhia alvo para emissão de DRs não patrocinados. ■

Código de Fundos de Investimento entra em audiência pública

Uma nova versão do Código de Fundos de Investimento está em audiência pública até o dia 6 de junho. As alterações têm o objetivo de adaptar o documento às novas Instruções nºs 554 e 555 da CVM. Enquanto a primeira traz os critérios para qualificação dos investidores, a segunda regula a indústria de fundos.

Entre as mudanças está a eliminação da exigência da elaboração do prospecto na distribuição dos fundos e a inclusão do formulário de Informações Complementares, para os fundos do Anexo I. O novo documento consolidará os dados antes contidos no prospecto e no regulamento do fundo. As instituições participantes do código passarão a incluir no formulário o tipo ANBIMA e sua descrição.

O capítulo que trata da verificação da adequação dos produtos e serviços ao perfil do cliente (suitability) também passa por reestruturação. As regras serão reformuladas e transferidas para uma diretriz específica sobre o tema, ainda em aprovação pela Comissão de Acompanhamento de Fundos de Investimento.

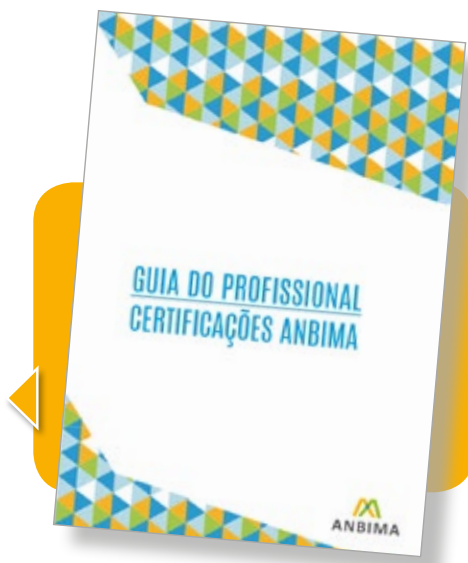
Os associados podem enviar comentários, juntamente com seus argumentos e fundamentações, para audienciapublica@anbima.com.br. O novo Código está disponível para consulta no link: <http://j.mp/AP-fundos>.

Precificação

Desde o dia 16 de abril, a ANBIMA passou a informar o preço diário de mais 12 ativos de debêntures. No total, a precificação alcança agora 200 séries de debêntures.

Guia

Está disponível no site da Certificação o Guia do Profissional, documento que reúne importantes orientações aos aprovados nos exames de certificação da ANBIMA. Acesse em <http://www.anbima.com.br/cpa>.



Filiações e adesões

No mês de abril, dez instituições aderiram aos códigos da Associação. ACB, Acclista, EHB Horus, Mérito e Portofino aderiram ao Código de FIP/FIEE.

Avantgarde e Geo Capital aderiram aos códigos de Fundos e Certificação, enquanto GBX e Tática aderiram aos códigos de Certificação e Fundos, respectivamente.

Radar ANBIMA

O 13º número da publicação destaca a consulta sobre metodologia para classificação de fundos e gestores sistemicamente importantes aberta pela Iosco e pela FSB. Também traz um reporte sobre a implementação do acordo Basileia III.

Workshop

No dia 29 de abril, a ANBIMA recebeu jornalistas para um workshop sobre produtos estruturados. Durante o evento, porta-vozes da Associação apresentaram os principais conceitos de FIP, FIDC e fundos imobiliários.

Prêmio ANBIMA

Estão abertas até 30 de outubro as inscrições para o Prêmio ANBIMA de Mercado de Capitais na categoria mestrado e doutorado. Os melhores

trabalhos podem ganhar bolsas de estudo de até R\$ 30 mil. Mais informações no QR Code ao lado ou no menu 'A ANBIMA' do portal.



Selo Enef

A Estratégia Nacional de Educação Financeira vai reconhecer, com o Selo Enef, iniciativas voltadas para disseminação da educação financeira. As inscrições estão abertas até 12 de julho pelo site <http://vidaedinheiro.gov.br>

Alfabetização financeira

Ana Leoni, superintendente de Educação, participou do 3º Simpósio Global de Políticas de Pesquisas Globais para Avanço da Alfabetização Financeira, realizado pela OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento) em Paris no início de maio. O evento discutiu formas de utilizar a educação financeira para estimular o empreendedorismo e a inovação.

IHFA

A carteira do IHFA (Índice de Hedge Funds da ANBIMA) registrou rentabilidade de 7,48% no primeiro trimestre. O patrimônio líquido ficou em R\$ 58,3 bilhões, composto por um total de 157 fundos. Os dados são do Relatório de Rebalanceamento, que traz informações sobre a composição da carteira teórica e a sua evolução. Acesse no menu Informações Técnicas do Portal ou pelo QR Code ao lado.



INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Lucas Lucena e Paula Diniz | Edição: Marcelo Billi
PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carlos Massaru Takahashi, Gustavo Adolfo Fúncia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

DIRETORES: Alenir de Oliveira Romanello, Altamir Batista Mateus da Silva, Carlos Augusto Salamonde, Carolina Lacerda, Celso Scaramuzza, Jair Ribeiro da Silva Neto, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Otávio Romagnolli Mendes, Richard Ziliotto, Saša Markus, Sylvio Araújo Fleury e Vital Meira de Menezes Junior

COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino

www.anbima.com.br